



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2014/SEMA/MT

PROCESSO Nº 263424/2014/SEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014/SEMA

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

DATA: 08/10/2014 – HORÁRIO 14h00min

LOCAL: Sala de Pregões (N.º 03) da Central de Licitações da Secretaria de Estado de Administração, localizada na Superintendência de Aquisições Governamentais, situada à Avenida Transversal I, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS SILVESTRES, BEM COMO PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES – CETAS – SEMA/BPMPA**, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

ÍNDICE		
ITEM	TÓPICO	PÁGINA
1	PREAMBULO	2
2	DO SUPORTE LEGAL	2
3	DO OBJETO	2
4	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5	DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	4
6	DO CREDENCIAMENTO	5
7	DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	7
8	DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES	8
9	PROPOSTA DE PREÇOS	10
10	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	12
11	DA HABILITAÇÃO	14
12	DOS RECURSOS	20
13	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	21
14	DO CONTRATO	22
15	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	23
16	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	24
17	DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO	26
18	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	28
19	DA RESCISÃO	29
20	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30
21	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30
ANEXOS		
ANEXO I	Formulário Padrão de Proposta	33
ANEXO II	Carta de Credenciamento.	40
ANEXO III	Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.	41
ANEXO IV	Modelo da Declaração de:	42
ANEXO V	Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP	43
ANEXO VI	Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.	44
ANEXO VII	Termo de Referência nº. 36/2014 elaborado pelo setor demandante	45
ANEXO VIII	Minuta de contrato	53



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º 263424/2014

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, neste ato representado por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designada pela Portaria n.º 002/2014/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

1.1. O Credenciamento que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será **realizado das 14h00min as 14h30min do dia 08 de outubro de 2014**, sendo a sessão aberta neste mesmo dia às **14h30min**, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.2. O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **Sala de Pregão n.º 03**, Superintendência de Aquisições Governamentais – SAD, situada na Avenida Transversal 01, Bloco C 03, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá – MT.

2. DO SUPORTE LEGAL

2.1. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, o que rege a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 3.555 de 08 de agosto de 2000, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual n.º 7.696 de 01 de julho de 2002, Decreto Estadual n.º 7.217 de 14 de março de 2006 e suas alterações, Decreto Estadual n.º 8.199 de 16 de outubro de 2006, Decreto Estadual n.º 8.426 de 18 de dezembro 2006, Decreto Estadual n.º 635 de 6 de agosto de 2007 e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, bem como a Lei Complementar Estadual n.º 264 de 28/12/2006, (Consolidada até a Lei Complementar n.º 506 de 11 de setembro de 2013), Decreto Estadual n.º 635 de 16 de agosto de 2007 e o Decreto Estadual n.º 2.067 de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ.

3. DO OBJETO

3.1 A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS SILVESTRES, BEM COMO PRODUTOS**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES – CETAS – SEMA/BPMPA, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que faz parte integrante deste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, somente os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, que sejam legalmente constituídos, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado, sendo que será analisada esta compatibilidade durante o credenciamento.**

4.2. Poderão participar desta licitação as empresas cujas inscrições no Cadastro de Fornecedores do Estado, estejam em plena validade, situações substitutivas das documentações exigidas, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 7.218/06.

4.2.1. Para as pessoas jurídicas não inscritas fica assegurado o direito de apresentarem a Documentação (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica – financeiro e regularidade fiscal) prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para confirmar a sua habilitação.

4.2.2. Em Sessão Pública, a regularidade das empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado a confirmação dar-se-á por meio do portal eletrônico da SAD/MT ou por meio da apresentação de documento equivalente que confirme a regularidade do cadastro.

4.2.3. Para participação do **PREGÃO**, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores e que quiserem se cadastrar deverão providenciar o seu Cadastramento, **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis** antes da data designada para o recebimento das propostas.

4.2.4. As empresas que já estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso deverão providenciar a **revalidação/atualização** de documentos inerentes à documentação obrigatória, também **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta** junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.

4.2.5. Recomenda-se que os representantes legais dos licitantes estejam presentes na data, hora e local da abertura da licitação.

4.2.6. A empresa interessada em participar poderá apenas enviar sua proposta ou encaminhar a mesma mediante o seu representante legal.

4.2.7. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada ao prévio credenciamento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.2.8. Os licitantes participantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação no certame licitatório.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.3.1. Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar a suspensão ou os motivos determinantes da punição imposta, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9.312/2010.

4.3.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.4. Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.3.5. Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3.6. Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.

4.4. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente pregão deverão trazer cópia da documentação, acompanhada do original, para autenticação em sessão OU fotocópia da mesma autenticada por cartório.

4.4.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

5. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem viciarem o mesmo.

5.1.1. As petições poderão ser protocolizadas por meio dos Correios, via Sedex; por meio do endereço eletrônico: licitacao1@sema.mt.gov.br; por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente; devidamente instruídas com a razão social, endereço, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem, devendo ser endereçadas à Comissão de Licitação, modalidade pregão da



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

SEMA, sendo que as petições deverão ser recebidas nesta secretaria até o prazo constante no item 5.1.

5.2. Os esclarecimentos serão disponibilizados no sítio da Internet da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (www.sema.mt.gov.br no link “licitações”) e da Secretaria de Estado de Administração (www.sad.mt.gov.br no link “Portal de Aquisições”) e passarão a integrar o presente Edital.

5.3. Serão divulgadas pela internet nos sítios mencionados no item acima, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os licitantes interessados deverão consultá-los frequentemente.

5.4. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

5.5. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

5.6. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

5.7. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

5.8. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

6.2. Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.2.1. Na ocorrência dos documentos relativos ao credenciamento constarem no Envelope “2”, o pregoeiro poderá devolver o envelope de habilitação lacrado ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.3. Todos os documentos relacionados abaixo deverão ser entregues independente dos Licitantes serem cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso (CGF).

6.4. Os proponentes interessados deverão indicar um representante para ser credenciado pelo Pregoeiro, devidamente munido de documento que o autoriza a participar deste Pregão e que possa, plenamente, responder pela empresa representada.

6.5. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo:**

6.5.1. A respectiva cópia da cédula de identidade autenticada em cartório ou cópia desta (ou documento equivalente) com a original para autenticação da equipe de licitação.

6.5.2. Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III.

6.5.3. A empresa deverá apresentar no ato de credenciamento uma Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público (**Anexo VI**).

6.5.4. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II - Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda o documento do Contrato Social ou Estatuto da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

6.5.5. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente autenticado em cartório e cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto da empresa**, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

6.6. Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão ser originais ou deverão estar autenticados em cartório ou fotocópia simples acompanhada de documento original, para conferência “in loco”.

6.6.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

6.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

6.8. É vedado o subestabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.9. A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida à falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

6.10. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.11. Poderá estar presente mais de um representante autorizado de cada licitante, porém, apenas 01 (um) poderá participar dos trabalhos.

6.12. As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente à Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos serem entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderão manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

6.13. Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação** todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

7. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.1. Por força da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

7.1.1. Por ocasião do credenciamento, na modalidade pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:

a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

7.1.2. No momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação, nos termos do item 8 - Da Habilitação, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.1.3. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.

7.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) a nova proposta mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem no subitem 6.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no item 4.1., alínea b, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

e) na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do presente subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES

8.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.2. Declarada aberta a sessão pelo(a) Pregoeiro(a), o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

8.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS POR LOTE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

8.4. A empresa deverá apresentar um envelope para cada LOTE.

8.5. O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.

8.6. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

8.7. Os documentos apresentados pelos licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

8.8. Caso o licitante não possa comparecer na sessão de abertura do Pregão, poderá entregar pessoalmente ou enviar pelos Correios à Gerência de Processos de Aquisições - GPAQ, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, na cidade de Cuiabá-MT, CEP 78050-970:

a) Contrato Social ou Estatuto da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada;

b) Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III;

c) Envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.8.1. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar, além dos documentos elencados no item 8.8, fora dos envelopes proposta de preço e de habilitação:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:

a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

8.8.2. No caso de envio dos envelopes por meio dos Correios, o licitante deverá enviar e-mail para o endereço licitacao1@sema.mt.gov.br, informando seus dados para contato, a data do envio e o código de rastreamento/identificação dos envelopes, para que a GPAQ confirme o recebimento dos envelopes.

8.8.3. Cabe ao licitante providenciar para que os envelopes sejam recebidos em tempo hábil de serem abertos na sessão pública.

8.8.4. Entregar pessoalmente no local da realização da sessão do Pregão os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação ao pregoeiro, na data e horário previstos para o credenciamento.

8.8.5. A SEMA não se responsabilizará por eventuais atrasos e/ou extravios na entrega dos envelopes.

8.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a SEMA não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9. PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

9.2. Na Proposta de Preços deverão constar, sob pena de desclassificação:

9.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

9.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

9.2.3. Uma única cotação, com preços unitários e valor por LOTE, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

9.2.4 A licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme constante no modelo da PROPOSTA DE PREÇOS – Anexo I deste edital.

9.2.4.1. O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

9.3. Em função do critério de julgamento, os licitantes deverão obrigatoriamente apresentar preço para o item observando as quantidades solicitadas no edital, sob pena de desclassificação pela ausência de cotação para qualquer um deles.

9.4. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

9.5. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

9.6. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

9.7. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.9. Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item **18.3** do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.10. O(A) Pregoeiro(a) considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

9.11. A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo(a) Pregoeiro(a).

10.2. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de MENOR PREÇO POR LOTE**, que corresponde ao valor total bruto da proposta para o LOTE.

10.3. No julgamento serão observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.

10.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

10.5. O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item **18.3** deste Edital.

10.8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, e, caso o(a) pregoeiro(a) entenda necessário, abrirá o envelope do segundo classificado, para confirmação das suas condições habilitatórias, nos termos do artigo 36, § 4º, do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.13. Nas situações previstas nos subitens **9.8, 9.9 e 9.11**, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

10.14. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

10.15. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

10.16. Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

10.17. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do(a) Pregoeiro(a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10.18. Havendo apenas uma proposta de preços por LOTE, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

b.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da **LC nº. 123/2006 e suas alterações**, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, **sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.**

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

e) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

e.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

e.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira por meio da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedores – CGF/MT.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.2. As Empresas licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

11.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, **em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada;**
 - c.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
 - c.2) Caso a licitante já tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, não há necessidade de apresentá-lo novamente no envelope de habilitação;
- d) No caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.
- f) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também:
 - f.1.) o decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº. 635/07):

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

11.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE, ME E EPP)

11.2.2.1. As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.2.2.2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

11.2.2.3. No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

11.2.2.4. O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

11.2.3. DA REGULARIDADE FISCAL:

11.2.3.1. DA REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm.

c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.

c.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.

d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário.

e) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais, emitida pela Procuradoria Geral do Município.

f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br.

g) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br.

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.2.3.2. DA REGULARIDADE FISCAL DA ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):

- a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;
- b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.2.4.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Observações: Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.2) Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a.3) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

- b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para habilitação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Ativo Total

SG = -----
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----
Passivo Circulante

c) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

11.2.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ME E EPP (ART. 7º, DEC. 635/07):

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar um dos documentos abaixo elencados:

b.1.1) Fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

b.2) Sociedade criada no exercício em curso:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

b.3) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

11.2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (Anexo IV).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da **LC nº. 123/2006 e suas alterações**, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, **sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.**

b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

11.3. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

11.5. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão, exceto para os documentos expedidos pelos órgãos federais que terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão.

11.5.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

11.6. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo(a) Pregoeiro(a).

11.8. O(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o(a) pregoeiro(a) considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

11.11. Poderá o(a) Pregoeiro(a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

11.12. Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

11.13. Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, no entanto, a Administração poderá reter os documentos dos demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que esses estejam implicados na questão.

11.14. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.15. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.16. O(A) pregoeiro(a) poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por item ou lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.1.1. A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

12.1.2. Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas ao(à) Pregoeiro(a), ou pelos Correios, via Sedex.

12.1.3. As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem.

12.1.4. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo(a) Pregoeiro(a), o(a) qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.3. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

12.4. Havendo recurso interposto contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) acerca de determinado LOTE, este não terá efeito suspensivo para os demais.

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Gerência de Processos de Aquisições.

12.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo(a) Pregoeiro(a), e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

13.3. Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de 48 horas, poderá o(a) Pregoeiro(a) desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13.3.1. Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Administração, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

14. DO CONTRATO

14.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado contrato com a empresa adjudicatária.

14.2. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

14.3. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

14.4. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Ordem de Fornecimento, bem como não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e ao comprador convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

14.5. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14.6. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Presencial, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.7. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA se obriga, nos termos deste Edital, a:

15.1.1 Apresentar no momento da assinatura do contrato o Alvará de localização e funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal;

15.1.2 Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho, e Assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, após a homologação da licitação.

15.2 Receber a Ordem de fornecimento, e executá-la da seguinte maneira:

a) para os lotes 03, 04 e 05 será efetuada, no prazo **máximo de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento;

b) para os lotes 01 e 02 a entrega do produto será efetuada semanalmente de acordo com a demanda, sendo emitida a ordem fornecimento, com a descrição de cada entrega, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da ordem, mediante recibo apresentado pelo fornecedor.

15.3 Fornecer produtos de qualidade, dentro dos padrões admitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO.

15.4 Os produtos deverão ser entregues no **Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental** sito a Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus – Várzea Grande-MT CEP: 78.155-655, em horário comercial de 08hrs às 12hrs e de 14hrs às 18hrs.

15.5 As embalagens deverão conter as seguintes informações:

- a. Peso líquido;
- b. Identificação do produto e do estabelecimento de origem;
- c. Data de industrialização;
- d. Data de validade do produto.

15.6 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassadas ou com outra deformidade qualquer.

15.7 Na hipótese da constatação de anomalias que comprometem a utilização adequada dos produtos, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.8. Efetuar a troca, às suas expensas, dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo máximo de 06 (seis) horas após o comunicado da **CONTRATANTE**.

15.9. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues;

15.10. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato.

15.11 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

15.12 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.

15.13 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados julgados necessários para recebimento de correspondência.

15.14 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

15.15 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA.

15.16 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.

15.17 Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

15.18 Aplicam-se ainda à **CONTRATADA**, por ocasião do serviço contratado, as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, bem como as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

15.19 Demais cláusulas constantes no **ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO**, deste edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 24
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

16.1.1 Emitir a(s) ORDEM(NS) DE FORNECIMENTO da seguinte forma:

a) para os lotes 03, 04 e 05 será efetuada, no prazo **máximo de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento;

c) para os lotes 01 e 02 a entrega do produto será efetuada semanalmente de acordo com a demanda, sendo emitida a ordem fornecimento, com a descrição de cada entrega, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da ordem, mediante recibo apresentado pelo fornecedor.

16.1.2 Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

16.1.3 Solicitar a troca dos produtos que não atendam às especificações do objeto deste Edital.

16.2 Os produtos descritos neste certame serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do **material perecível** esta será imediata, com exceção dos **produtos não perecíveis** que poderá ser feita num prazo de até dois dias;

b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação;

16.3. A entrega dos itens, objeto da presente licitação, deverá ocorrer no **Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental** sito a Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus – Várzea Grande-MT CEP: 78.155-655, em horário comercial de 08hrs às 12hrs e de 14hrs às 18hrs.

16.4. Todas as Notas Fiscais e/ou Faturas referentes aos materiais de consumo, objeto do presente certame licitatório, deverão conter o atesto do Fiscal do Contrato.

16.5. O setor demandante designará o Fiscal do Contrato que registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do produto objeto da presente licitação, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16.6. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais.

16.7. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização.

16.8. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos, para imediata substituição.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

16.9. Efetuar os pagamentos devidos, por meio de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

16.10. Os produtos serão recusados e devolvidos, no todo ou em parte, nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

16.11. Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento dos bens as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

16.12. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

16.13. Demais cláusulas constantes no ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO, deste edital.

17. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

17.1. A entrega dos lotes será da seguinte maneira:

a) para os lotes 03, 04 e 05 será efetuada, no prazo **máximo de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento;

b) para os lotes 01 e 02 a entrega do produto será efetuada semanalmente de acordo com a demanda, **sendo emitida a ordem fornecimento, com a descrição de cada entrega, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da ordem, mediante recibo apresentado pelo fornecedor.**

17.2. Os produtos descritos neste certame serão recebidos no **Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental** sito a Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus – Várzea Grande-MT CEP: 78.155-655, em horário comercial de 08hrs às 12hrs e de 14hrs às 18hrs:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do **material perecível** esta será imediata, com **exceção dos produtos não perecíveis** que poderá ser feita num prazo de até dois dias;

b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17.3. Efetuar o pagamento após o atesto na Nota Fiscal/Fatura, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com o objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002 c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota.

17.4 O pagamento dos lotes 01 e 02 será efetuado, mensalmente, após o atesto na Nota Fiscal/Fatura, e acompanhado com os devidos recibos de entrega semanais, em conformidade com o item 17.1 “b”.

17.4.1 A fatura deverá constar o período das emissões quinzenais e as seguintes informações para melhor transparência:

- a)** na fatura, o número da ordem de fornecimento específico de acordo com cada entrega semanal
- b)** constar obrigatoriamente, em anexo à fatura, de forma legível, os recibos das entregas semanais.

17.5. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

17.6. A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

17.6.1. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

17.6.2. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

17.7. As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

17.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

17.9. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.10. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a Rua F, Centro Político Administrativo, e deverão ser entregues no **Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental** e serão atestadas neste setor pelo Fiscal do Contrato.

17.11. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

17.12. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

18.1.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de fornecimento e nota de empenho, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços contratados, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

18.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Fornecimento, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

18.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

18.5. A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de **0,5% (meio por cento)** ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

18.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

19. DA RESCISÃO

19.1 A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Programa: 323



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Unidade Gestora: 02

Projeto\ Atividade: 4216

Região: 9900

Medida: 02

Tarefa: 02

Fonte: 240

Natureza da despesa: 3.3.90.30.000

20.2. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2.1. A anulação do procedimento induz a do contrato.

21.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21.3. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

21.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 18.3** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

21.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

21.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

21.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou pelos Correios, via Sedex, endereçado à Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

21.12.1. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.sad.mt.gov.br/ Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

21.13. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

21.14. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

21.15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

21.16. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.
- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).
- e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.
- f) Anexo VI - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.
- g) Anexo VII – Termos de Referência nº. 36/2014 elaborado pelo setor demandante.
- h) Anexo VIII – Minuta de contrato

Cuiabá, 22 de setembro de 2014.

Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão n.º _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.
Razão Social: _____ CNPJ nº: _____
Endereço: _____
Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE 1

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	MAMÃO FORMOSA, PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO COM POLPA FIRME E INTACTA SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE ACONDICIONADO EM CAIXA PESANDO APROXIMADAMENTE 21KGS, C/18 UNIDADES E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-17(DECRETO 12486 DE 20/10) DE 12/11/02,(SARC,		840 Kg							

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 33
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	ANVISA, INMETRO).									
02	BANANA NANICA, DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.		840 Kg							
03	MELÃO, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.		840 Kg							
04	MAÇÃ, DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.		840 Kg							
05	PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA OCONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.		600 Kg							



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

LOTE 2

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	RIM BOVINO, INTEIRO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME DE PVC TRANSPARENTE SEMI PERMEÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE OU ORIGEM, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N. 304 DE 22/04/96 E N. 145 DE 22/04/94, DA RESOLUÇÃO ANVISA N. 105 DE 19/05/99, DA LEI MUNICIPAL/VIGILÂNCIA SANITÁRIA N. 5504/99 E RESOLUÇÃO RDC N. 13 DE 02/01/2001		180 Kg							
02	CORAÇÃO BOVINO, INTEIRO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME DE PVC TRANSPARENTE SEMI PERMEÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE OU ORIGEM, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N. 304 DE 22/04/96 E N. 145 DE 22/04/94, DA RESOLUÇÃO ANVISA N. 105 DE 19/05/99, DA LEI MUNICIPAL/VIGILÂNCIA SANITÁRIA N. 5504/99 E RESOLUÇÃO RDC N. 13 DE 02/01/2001		300 Kg							

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 35
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

03	FÍGADO BOVINO, INTEIRO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME DE PVC TRANSPARENTE SEMI PERMEÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE OU ORIGEM, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N. 304 DE 22/04/96 E N. 145 DE 22/04/94, DA RESOLUÇÃO ANVISA N. 105 DE 19/05/99, DA LEI MUNICIPAL/VIGILÂNCIA SANITÁRIA N. 5504/99 E RESOLUÇÃO RDC N. 13 DE 02/01/2001		180 Kg							
-----------	---	--	---------------	--	--	--	--	--	--	--

LOTE 3

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO FRASCO 1 LITRO.		96 Litros							
02	ÁGUA SANITÁRIA, 1 LITRO, PARA LIMPEZA GERAL, BACTERICIDA E GERMICIDA, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. (POLO SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA)		240 Litros							



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

LOTE 4

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	RAÇÃO PASSERIFORMES - CURIÓ/BICUDO/CANÁRIO DA TERRA/ PÁSSAROS SILVESTRES, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PET DE 1,5 E 2 LITROS, COMPOSTA POR 50% ALPISTE (PURO), 12% PAINÇO VERDE, 8% PAINÇO COMUM, 6% PAINÇO VERMELHO, 6% PAINÇO PRETO, 6% PAINÇO PORTUGUÊS, 6% SENHA FRANCESA, 6% ARROZ CATETO.		100 Kg							
02	RAÇÃO PASSERIFORME -SABIÁ RAÇÃO GRANULADA COM BANANA PARA SABIÁ E PÁSSARO PRETO, COMPOSIÇÃO BÁSICA DO PRODUTO: MILHO MOÍDO, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, CLORETO DE SÓDIO, CALCÁRIO CALCÍTRICO, ADITIVO FUNGISTÁTICO, ÓLEO DE SOJA E AROMA DE BANANA, PACOTE DE 500G		40 Pcts							
03	SEMENTE DE GIRASSOL COM CASCA A GRANEL (KILOGRAMA).		600 Kg							



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

LOTE 5

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	CARRINHO DE MÃO, COM CAÇAMBA EM CHAPA METÁLICA Nº 18 SEM EMENDAS OU COSTURA, CAPACIDADE PARA 80 LITROS, DE RODA EM ARO DE DISCO E PNEU COM CÂMARA DE AR, BRAÇOS DE TUBOS INTEIROS. UNIDADE.		02 UN							
02	PÁ REDONDA COM CABO DE MADEIRA DE 74CM E COM EMPUNHADEIRA PLÁSTICA. UNIDADE.		04 UN							
03	RASTELO CONFECCIONADO EM ARAME DE AÇO COM 14 DENTES, COM DIMENSÕES ENTRE 46 A 50 CM DE COMPRIMENTO, DIÂMETRO DO OLHO ENTRE 23 E 25 MM, CABO EM MADEIRA TORNEADO RESISTENTE E LEVE, COM NO MÍNIMO 1,40 M. UNIDADE.		04 UN							
04	ESCOVA PARA LIMPEZA BASE EM PLÁSTICO COM CERDAS EM NYLON, DIMENSÕES MÍNIMAS 13CM X 6CM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.		48 UN							

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 38

Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 013/2014/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor
_____, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os efeitos legais, que atendemos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Nº 013/2014/SEMA/MT, sob pena das sanções cabíveis. (No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, requereu o benefício nos termos da LC nº 123/2006, e que possua alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, assinale a ressalva abaixo):

() Declaro possuir restrição, como ressalva na supracitada declaração.

Local e data

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de Pregão Presencial N°. 013/2014 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N° _____, sediada na Rua _____, n° ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão **013/2014/SEMA**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº **013**/2014/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



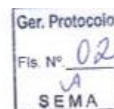
1-TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO nº36/2014							
2- Unidade Orçamentária: 2.1- Programa: 323 - Conservação Ambiental do Uso dos Recursos Naturais 2.2- Unidade Gestora: 02 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 2 2.5- Tarefa: 2				3- Classificação da Despesa: () Materiais Permanentes (X) Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física () Obras () Reformas () Outros			
4 - Unidade Demandante do TR: Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros - CFRP				5 - Unidade Solicitante/Recebedora: Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros		6 - Fiscal do Contrato 6.1 – Fiscal Titular: Edilaine Theodoro 6.2 – Fiscal Substituto: Jose Ronualdo Ferreira	
7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.							
Projeto/Atividade		Fonte		Elemento e Sub-Elemento de Despesas		Valor (R\$)	
4216		240		3.3.90.30.000			
				Custo Total Estimado 2014			
				Custo Total Estimado 2015			
8- Objeto Sintético: Aquisição de produtos alimentícios para alimentação dos animais silvestres, bem como produtos para manutenção do Centro de Triagem de Animais Silvestres-CETAS – SEMA/BPMPA							
9- Planilha Descritiva do Objeto							
9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:							
Item	Especificação do item	Código SIAG	Local de entrega	Qtde/ano	Valor unit	Valor total	Projeto atividade
LOTE 01							
1	mamão formosa, primeira, livre de sujidade, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro com polpa firme e intacta sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte acondicionado em caixa pesando aproximadamente 21kgs, c/18 unidades e suas condições deverão estar de acordo com a nta-17(decreto 12486 de 20/10) de 12/11/02.(sarc, anvisa, inmetro).	8915093800002	CETAS/BPMPA	840 Kg			4216
2	banana nanica, de primeira, in natura, kg, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 DA cnnpa, quilograma.	8915086800002	CETAS/BPMPA	840 Kg			4216
3	Melão de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa, quilograma.	8915103700001	CETAS/BPMPA	840 Kg			4216
4	maçã de primeira, in natura, vermelha, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução	8915097000001	CETAS/BPMPA	840 Kg			4216

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Cuiabá - MT - CEP: 78050-970 - Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309

Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 45
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

() Sim (X) Não, porque
Trata-se de aquisições específicas decorrentes de novas demandas geradas a partir da assinatura da Lei Complementar nº 140/2011 e do termo de cooperação técnica SEMA/IBAMA.

11- Justificativa Técnica da aquisição:
A partir a Lei Complementar nº 140/2011 e do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SEMA e o IBAMA, a CFRP é responsável efetivamente pela destinação dos animais silvestres apreendidos, resgatados e entregues de maneira voluntária a SEMA. Estes animais serão encaminhados ao Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS para posterior destinação dos mesmos que poderá ser: (i) a reintrodução no ambiente natural (ii) guardião, (iii) zoológico, entre outros. Portanto, os itens alimentares são imprescindíveis para a manutenção dos animais no CETAS até a sua destinação final. O total de espécies já existentes é de 115, sendo 33 mamíferos e 81 aves de várias espécies que estão em reabilitação para poderem ser encaminhadas para seu destino final. Ressaltamos que todos os dias são realizadas novas introduções no CETAS advindas de apreensões, resgates ou entrega voluntária, por isso não há como prever uma demanda fixa, o que está sendo solicitado é baseado em uma previsão média do fluxo de animais recebidos pelo BPMPA no ano de 2013.

12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:
Realizar as atribuições da coordenadoria com qualidade garantindo o bem estar dos animais silvestres entregues à SEMA até o seu destino final.

13 – Público/ Clientela Alvo: Atender as demandas ocorridas na CFRP, no que tange a alimentação dos animais entregues à SEMA.

14 - Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:
14.1 - Tipo de Entrega.
(X) Imediata (X) Sob demanda
Os itens do lote 01 e 02 a entrega deverá ser feita uma vez por semana com um total 112,25kg perfazendo o total mês 449kg por mês para o atendimento dos animais que já estão nos recintos.
Os itens do lote 03, 04 e 05 deverão ser entregue de imediato. Tendo em vista que estes produtos tem prazo de validade superior a 12 meses.
14.2 - Período de atendimento (vigência do contrato): 12 meses contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
14.3 - Prazo de Entrega do bem ou serviço: Será de acordo com o subitem 1 do item 17.5.1., bem como do subitem 1, do item 17.5.1.
14.4 - Previsão de desembolso financeiro:

CRONOGRAMA FINANCEIRO CONFORME ITEM 16 O DESEMBOLSO E MENSAL		
Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro		
Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)
Maio/2014	Junho/2014	
Junho/2014	Julho/2014	
Julho/2014	Agosto/2014	
Agosto/2014	Setembro/2014	
Setembro/2014	Outubro/2014	
Outubro/2014	Novembro/2014	
Novembro/2014	Dezembro/2014	
Dezembro/2014	Janeiro/2015	
Janeiro/2015	Fevereiro/2015	
Fevereiro/2015	Março/2015	
Abril/2015	Maio/2015	
Maio/2015	31 maio 2015	
TOTAL		

15- Endereço de Entrega: Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental - BPMPA
Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus - Várzea Grande-MT CEP.: 78.155-655
(65) 3684-4244 - bpmpla@pm.mt.gov.br

16- Condições e forma de Pagamento: O atesto da nota será feito pelo fiscal do contrato
O pagamento dos Lotes 03, 04 e 05 será efetuado após a entrega e atesto da nota fiscal.
O pagamento dos lotes 01 e 02 será efetuado mensalmente após a conferência dos itens e o atesto da nota fiscal e conformidade fiscal pelo oficial do BPMPA/CETAS para os produtos perecíveis. Ressaltamos que o CETAS/BPMPA possui câmaras frias que acondicionarão os alimentos entregues pela contratada para posterior fornecimento aos animais conforme a necessidade.

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Cuiabá - MT - CEP: 78050-970 - Fones (Fax): 3613-7309/3613-7309

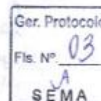
Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 46
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



1. Os produtos deverão ser entregues no Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental sito a Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus - Várzea Grande-MT CEP.: 78.155-655, em horário comercial de 08h às 12h e de 14h às 18, de acordo com subitem 1 do item 17.5.1, subitem 17.5.2., e subitem 14.1 desta TR.
 2. As embalagens deverão conter as seguintes informações:
 - a. Peso líquido;
 - b. Identificação do produto e do estabelecimento de origem;
 - c. Data de industrialização;
 - d. Data de validade do produto.
 3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassadas ou com outra deformidade qualquer.
 4. Na hipótese da constatação de anomalias que comprometem a utilização adequada dos produtos, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para CONTRATANTE.
 5. Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo máximo de 06 horas após o comunicado da CONTRATANTE.
 6. Efetuar a troca dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no prazo estabelecido neste Termo de Referência/Contrato.
- 18- Das Sanções Administrativas:**
- 18.1 A inexecução parcial, ainda que temporária, ou total das obrigações, sujeitará o contratado às seguintes sanções:
- a) Multa de mora, no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10 %, sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da lei nº. 8.666/93;
 - b) Multa compensatória, no valor de 10% do valor anual estimado da contratação;
 - c) Suspensão temporária para participar em licitação e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de Inidoneidade para licitar junto a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - e) As sanções, mencionadas nas alíneas anteriores, poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória;
 - f) A inexecução contratual total ou parcial, conforme o caso sujeita o infrator à cobrança de multas moratórias e compensatórias e a aplicação das demais sanções, bem como ensejará a rescisão do contrato;
 - g) Na aplicação de penalidades ou na rescisão contratual será observado o direito de ampla defesa e ao contraditório;
- 18.2 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:
- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
 - b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.
- 18.3 Quanto ao atraso para assinatura do contrato:
- a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);
 - b) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.
- 18.4 Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços contratados, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:
- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
 - b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.
- 18.5 Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
- a) multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
 - b) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 2 (dois) anos, e,
- 18.6 Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- 18.7 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
- 18.8 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão

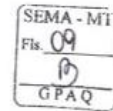
Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
(65) 3613-7270 / 3613-7308 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Biodiversidade
Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros



C.I. n° 120/2014-CFRP/SUB

Cuiabá, 23 de Maio de 2014.

DE: Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros

PARA: Coordenadoria de aquisições e contratos

Senhor Coordenador,

Em resposta a C.I. n° 130/GPAQ/CAC/SEMA/2014, vimos através deste esclarecer a forma como os produtos de origem animal, mais especificamente carnes, e as rações para passeriformes deverão ser cadastrados para fins de aquisição futura, deste modo, segue abaixo o modo como deverão ser apresentados no termo de referência/Projeto básico n.º 36/2014.

Na planilha descritiva do objeto, o lote 2 passa a ter a seguinte grafia:

LOTE 02						
1	Rim bovino, inteiro, resfriado, embalagem em filme de PVC transparente semi permeável, contendo identificação do produto, marca do fabricante ou origem, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, DIPOA n. 304 de 22/04/96 e N. 145 de 22/04/98, da resolução anvisa n. 105 de 19/05/99, da lei municipal/vigilância sanitária n. 5504/99 e resolução rdc n. 13 de 02/01/2001.	Não tem código	CETAS/BPMP A	180 Kg		4216
2	Coração bovino, inteiro, resfriado, embalagem em filme de PVC transparente semi permeável, contendo identificação do produto, marca do fabricante ou origem, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, DIPOA n. 304 de 22/04/96 e N. 145 de 22/04/98, da resolução anvisa n. 105 de 19/05/99, da lei municipal/vigilância sanitária n. 5504/99 e resolução rdc n. 13 de 02/01/2001.	Não tem código	CETAS/BPMP A	300 Kg		4216
3	Fígado Bovino, inteiro, resfriado, embalagem em filme de PVC transparente semi permeável, contendo identificação do produto, marca do fabricante ou origem, prazo de validade, marcas e	Não tem código	CETAS/BPMP A	180 Kg		4216

Rua C, s/n° – Centro Político Administrativo – CEP: 78050-970 – Cuiabá, MT
Fone/Fax: (65) 3613-7291 – E-mail: faunaepesca@sema.mt.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Biodiversidade
Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros



carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, DIPOA n. 304 de 22/04/96 e N. 145 de 22/04/98, da resolução anvisa n. 105 de 19/05/99, da lei municipal/vigilância sanitária n. 5504/99 e resolução rdc n. 13 de 02/01/2001.							
--	--	--	--	--	--	--	--

Na planilha descritiva do objeto, o lote 4 passa a ter a seguinte grafia:

LOTE 04						
1	Ração passeriformes - Curio/ bico/candário da terra/pássaros silvestres, acondicionadas em garrafas pet de 1,5 e 2 litros, composta por 50% alpiste (puro), 12% painço verde, 8% painço comum, 6% painço vermelho, 6% painço preto, 6% painço português, 6% senha francesa, 6% arroz cateto.	Não tem código	CETAS/BPMPA	100 Kg		4216
2	Ração de passeriformes - Sabiá Ração Granulada com Banana para Sabiá e Pássaro Preto <i>Sempre Viva</i> ®. Composição básica do produto: Milho Moído*, Farelo de Arroz, Farelo de Trigo, Farelo de Soja*, Cloreto de Sódio, Calsário Caletrico, Aditivo Fungistático, Óleo de Soja* e Aroma de Banana, pacote de 500 g.	Não tem código	CETAS/BPMPA	20 Kg		4216
3	semente de girassol, embalagem contendo 200 gramas. unidade.	1030127	CETAS/BPMPA	600 Kg		4216

Tendo em vista a necessidade da aquisição dos referidos produtos, aguardamos o posicionamento dessa coordenadoria.

Atenciosamente,

Edilaine Theodoro
Coordenadora -CFRP

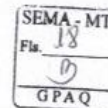
Rua C, s/nº – Centro Político Administrativo – CEP: 78050-970 – Cuiabá, MT
Fone/Fax: (65) 3613-7291 – E-mail: faunaepesca@sema.mt.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Biodiversidade
Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros



C.I. nº 161/2014-CFRP/SUB

Cuiabá, 27 de junho de 2014.

DE: Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros

PARA: Coordenadoria de aquisições e contratos

Senhor Coordenador,

Em resposta a C.I. nº 196/GPAQ/CAC/SEMA/2014, informo que deverá ser a unidade de medida kilograma, sendo a seguinte especificação, **semente de girassol com casca a granel (kilograma)**.

Atenciosamente,

EDILAINE THEODORO
COORDENADORA

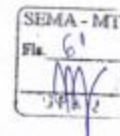
*Recebi em 30.06.2014
Fauna
GPAQ*



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Biodiversidade
Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros



C.I. nº 223/2014/CFRP/SUB

Cuiabá, 27 Agosto de 2014.

DE: Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros

PARA: Coordenadoria de Aquisições e Contratos

Prezada,

Em resposta a CI Nº 293/GPAQ/CAC/SEMA/2014 informamos:

Item 16.1.1 – Quanto à emissão das ordens de fornecimento, qual o prazo de entrega dos produtos: **O prazo deverá ser de no MÁXIMO de 5 dias á partir da emissão do ordem de fornecimento.**

Item 17.1 - As quantidades dos produtos dos lotes 01 e 02 atendem a demanda a serem entregues semanalmente e mensalmente: **Deverá ser realizada a entrega conforme a demanda tendo em vista que os animais acondicionados nos recintos do CETAS/BPMPA será por um período mínimo necessário e é imprevisível o números de animais recebidos no CETAS pelas várias demandas como: apreensão, entrega voluntária, resgate durante o ano.**

Item 17.2 – Quanto ao prazo para verificação dos produtos: **em se tratando de produtos perecíveis a verificação será imediata, com exceção dos produtos não perecíveis que poderá ser feita num prazo de até dois dias.**

Atenciosamente,


Edilaine Theodoro
Coordenadora


recebido em 27-08-2014
Assessor Técnico III
SEMA / MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
Coordenadoria de Aquisições e Contratos
Gerência de Processos de Aquisições

CI nº 358/GPAQ/CAC/SEMA/2014.

Para: Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros

Cuiabá/MT, 16 de setembro de 2014.

Prezado(a) Coordenador,

De acordo com recomendações da Gerência de Formalização de Contratos, para o **item 16.4. "atesto das Notas Fiscais e/ou Faturas"**, deverão ser efetuados pelo Fiscal do Contrato ou algum servidor designado por este; assim sendo, gostaríamos que nos respondessem se existe algum óbice quanto a esta recomendação.

Informamos também que foram efetuadas as adequações para os lotes 01 e 02, nos itens 17.1 "b", 17.4 e subitem 17.4.1 (entrega e forma de pagamento do produto), assim, gostaríamos nos informassem se o exposto abaixo, esta de acordo com vossa solicitação.

17.1. A entrega dos lotes será da seguinte maneira:


b) para os lotes 01 e 02 a entrega do produto será efetuada semanalmente de acordo com a demanda, sendo emitida ordem fornecimento, com a descrição de cada entrega, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da ordem, mediante recibo apresentado pelo fornecedor.

17.4 O pagamento dos lotes 01 e 02 será efetuado, mensalmente, após o atesto na Nota Fiscal/Fatura, e acompanhado com os devidos recibos de entrega semanais, em conformidade com o item 17.1 "b".

17.4.1 A fatura deverá constar o período das emissões da Ordem de Fornecimento e as seguintes informações para melhor transparência:

- a)** na fatura, o número da ordem de fornecimento específico de acordo com cada entrega semanal;
- b)** constar obrigatoriamente, em anexo à fatura, de forma legível, os recibos das entregas semanais.

Atenciosamente,


Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

De acordo

Edilaine Theodoro
Coordenadora
CFRP / SEMA - MT
Matrícula: 80417



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

***TERMO DE CONTRATO N.º ____/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA***

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 349.280 - SSP/MT e do CPF nº. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, localizada na _____, CEP: _____, telefone: _____, representada pelo Sr. _____, portadora do RG _____ e do CPF _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo nº **263424/2014/SEMA, Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos das Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a aquisição de produtos alimentícios para alimentação dos animais silvestres, bem como produtos para manutenção do centro de triagem de animais silvestres – CETAS – SEMA/BPMPA, conforme condições e especificações



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

constantes no **Edital de Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT** e seus anexos, que faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. Os preços para o objeto contratado são os constantes da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT**, conforme discriminação abaixo:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	MAMÃO FORMOSA, PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO COM POLPA FIRME E INTACTA SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE ACONDICIONADO EM CAIXA PESANDO APROXIMADAMENTE 21KGS, C/18 UNIDADES E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-17(DECRETO 12486 DE 20/10) DE 12/11/02,(SARC, ANVISA, INMETRO).	840 Kg		
02	BANANA NANICA, DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.	840 Kg		
03	MELÃO, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.	840 Kg		
04	MAÇÃ, DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHA,	840		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.	Kg		
05	PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. QUILOGRAMA.	600 Kg		
VALOR TOTAL				

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	RIM BOVINO, INTEIRO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME DE PVC TRANSPARENTE SEMI PERMEÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE OU ORIGEM, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N. 304 DE 22/04/96 E N. 145 DE 22/04/94, DA RESOLUÇÃO ANVISA N. 105 DE 19/05/99, DA LEI MUNICIPAL/VIGILÂNCIA SANITÁRIA N. 5504/99 E RESOLUÇÃO RDC N. 13 DE 02/01/2001	180 Kg		
02	CORAÇÃO BOVINO, INTEIRO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME DE PVC TRANSPARENTE SEMI PERMEÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE OU ORIGEM, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N. 304 DE 22/04/96 E N. 145 DE 22/04/94, DA RESOLUÇÃO ANVISA N. 105 DE 19/05/99, DA LEI MUNICIPAL/VIGILÂNCIA SANITÁRIA N. 5504/99 E RESOLUÇÃO RDC N. 13 DE 02/01/2001	300 Kg		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

03	FÍGADO BOVINO, INTEIRO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME DE PVC TRANSPARENTE SEMI PERMEÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE OU ORIGEM, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DIPOA N. 304 DE 22/04/96 E N. 145 DE 22/04/94, DA RESOLUÇÃO ANVISA N. 105 DE 19/05/99, DA LEI MUNICIPAL/VIGILÂNCIA SANITÁRIA N. 5504/99 E RESOLUÇÃO RDC N. 13 DE 02/01/2001	180 Kg		
VALOR TOTAL				

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	DETERGENTE LIQUIDO CONCENTRADO FRASCO 1 LITRO.		96 Litros	
02	ÁGUA SANITÁRIA, 1 LITRO, PARA LIMPEZA GERAL, BACTERICIDA E GERMICIDA, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. (POLO SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA)		240 Litros	
VALOR TOTAL				

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	RAÇÃO PASSERIFORMES - CURIÓ/BICUDO/CANÁRIO DA TERRA/ PÁSSAROS SILVESTRES, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PET DE 1,5 E 2 LITROS, COMPOSTA POR 50% ALPISTE (PURO), 12% PAINÇO VERDE, 8% PAINÇO COMUM, 6% PAINÇO VERMELHO, 6% PAINÇO PRETO, 6% PAINÇO PORTUGUÊS, 6% SENHA FRANCESA, 6% ARROZ CATETO.	100 Kg		
02	RAÇÃO PASSERIFORME -SABIÁ RAÇÃO GRANULADA COM BANANA PARA SABIÁ E PÁSSARO PRETO, COMPOSIÇÃO BÁSICA DO PRODUTO: MILHO MOÍDO, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, CLORETO DE SÓDIO,	40 Pcts		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	CALCÁRIO CALCÍTRICO, ADITIVO FUNGISTÁTICO, ÓLEO DE SOJA E AROMA DE BANANA, PACOTE DE 500G			
03	SEMENTE DE GIRASSOL COM CASCA A GRANEL (KILOGRAMA).	600 Kg		
VALOR TOTAL				

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CARRINHO DE MÃO, COM CAÇAMBA EM CHAPA METÁLICA Nº 18 SEM EMENDAS OU COSTURA, CAPACIDADE PARA 80 LITROS, DE RODA EM ARO DE DISCO E PNEU COM CÂMARA DE AR, BRAÇOS DE TUBOS INTEIRIÇOS. UNIDADE.		02 UN	
02	PÁ REDONDA COM CABO DE MADEIRA DE 74CM E COM EMPUNHADEIRA PLÁSTICA. UNIDADE.		04 UN	
03	RASTELO CONFECCIONADO EM ARAME DE AÇO COM 14 DENTES, COM DIMENSÕES ENTRE 46 A 50 CM DE COMPRIMENTO, DIÂMETRO DO OLHO ENTRE 23 E 25 MM, CABO EM MADEIRA TORNEADO RESISTENTE E LEVE, COM NO MÍNIMO 1,40 M. UNIDADE.		04 UN	
04	ESCOVA PARA LIMPEZA BASE EM PLÁSTICO COM CERDAS EM NYLON, DIMENSÕES MÍNIMAS 13CM X 6CM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.		48 UN	
VALOR TOTAL				

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total de R\$ _____ (_____), a serem pagos parceladamente, por demanda, conforme for ocorrendo a entrega do objeto, mediante **Ordem de Fornecimento emitida pelo setor demandante da CONTRATANTE.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Apresentar no momento da assinatura do contrato o Alvará de localização e funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal;

4.2. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.3. Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação do **Edital de Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT e seus anexos**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.4. Receber a Ordem de fornecimento, e executá-la da seguinte maneira:

- a) para os lotes 03, 04 e 05 será efetuada, no prazo **máximo de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento;
- b) para os lotes 01 e 02 a entrega do produto será efetuada semanalmente de acordo com a demanda, sendo emitida a ordem fornecimento, com a descrição de cada entrega, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da ordem, mediante recibo apresentado pelo fornecedor.

4.5. Fornecer produtos de qualidade, dentro dos padrões admitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO;

4.6. Os produtos deverão ser entregues no Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental sito a Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus – Várzea Grande-MT CEP: 78.155-655, em horário comercial de 08hrs às 12hrs e de 14hrs às 18hrs;

4.7. As embalagens deverão conter as seguintes informações:

- e. Peso líquido;
- f. Identificação do produto e do estabelecimento de origem;
- g. Data de industrialização;
- h. Data de validade do produto.

4.8. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassadas ou com outra deformidade qualquer;

4.9. Na hipótese da constatação de anomalias que comprometem a utilização adequada dos produtos, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para **CONTRATANTE**;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.10. Efetuar a troca, às suas expensas, dos produtos que não atenderem às especificações do objeto deste contrato, no prazo máximo de 06 (seis) horas após o comunicado da **CONTRATANTE**;

4.11. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar a **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues;

4.12. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.13. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

4.14. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

4.15. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados julgados necessários para recebimento de correspondência;

4.16. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital e deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.17. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.18. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **CONTRATANTE**;

4.19. Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.20. Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas no **Edital de Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT e seus anexos**;

4.21. O contrato advindo do presente **Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT** somente poderá ser celebrado a partir da autorização do Ordenador de Despesa da **CONTRATANTE**;

4.22. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.23. Assegurar a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, o objeto que não esteja de acordo com o contratado, as normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do contrato;

4.24. Caso a **CONTRATADA** tenha que substituir, trocar qualquer produto não entregue a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

4.25. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto contratado estipulados no contrato, eximindo a **CONTRATANTE** de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

qualquer responsabilidade e assegurando ainda, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

4.26. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

4.27. Disponibilizar à **CONTRATANTE**, telefones, fax, e-mail, entre outros meios de contato para atender as solicitações;

4.28. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto fornecido, nos termos da legislação vigente;

4.29. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do objeto contratado, as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

4.30. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato;

4.31. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual n.º 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

5.1. A entrega dos lotes será da seguinte maneira:

a) para os lotes 03, 04 e 05 será efetuada, no prazo **máximo de 05 (cinco) dias**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento;

b) para os lotes 01 e 02 a entrega do produto será efetuada semanalmente de acordo com a demanda, sendo emitida a ordem fornecimento, com a descrição de cada entrega, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da ordem, mediante recibo apresentado pelo fornecedor.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.2. Os produtos descritos neste certame serão recebidos no **Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental** sito a Rua Projetada s/nº - Cidade de Deus – Várzea Grande-MT CEP: 78.155-655, em horário comercial de 08hrs às 12hrs e de 14hrs às 18hrs:

c) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do **material perecível**, esta será imediata, com **exceção** dos **produtos não perecíveis** que poderá ser feita num prazo de até dois dias;

d) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no **Edital de Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT** e consequente aceitação;

5.3.. As embalagens deverão conter as seguintes informações:

- a. Peso líquido;
- b. Identificação do produto e do estabelecimento de origem;
- c. Data de industrialização;
- d. Data de validade do produto.

5.4. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada produto e não devem estar amassadas ou com outra deformidade qualquer;

5.5. Na hipótese da constatação de anomalias que comprometem a utilização adequada dos produtos, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para **CONTRATANTE**;

5.6. Os produtos serão recusados e devolvidos, no todo ou em parte, nas seguintes hipóteses:

- c) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade;
- d) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do **Edital de Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT**.

5.7. Efetuar a troca, às suas expensas, dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo máximo de 06 (seis) horas após o comunicado da **CONTRATANTE**;

5.8. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE FORNECIMENTO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no **Edital de Pregão Presencial nº 013/2014/SEMA/MT e seus anexos**, e neste contrato;

7.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**, após a aquisição do objeto requisitado;

7.4. Solicitar a troca dos produtos que não atendam às especificações do objeto deste contrato;

7.5. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.6. O setor demandante designará o Fiscal do Contrato que registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos objeto do presente contrato, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato;

7.7. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade observada durante a execução deste contrato, para imediata substituição;

7.8. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, permitindo, inclusive, o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, caso necessário;

7.9. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, nas notificações, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

7.10. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

7.11. Rejeitar o objeto contratado entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo a troca, às suas expensas, dos produtos que não atenderem às especificações do objeto deste contrato, **no prazo máximo de 06 (seis) horas após o comunicado da CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

7.12. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos da **CONTRATANTE**:

a) Acompanhar os prazos dos contratos, informando aos interessados e providenciar os aditamentos e alterações quando provocado;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Manter sob guarda os originais dos contratos, disponibilizando as cópias para a área fiscalizadora de execução e acompanhamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da publicação do Extrato no Diário Oficial do Estado, para fins de controle.

7.13. Ao Gestor do Contrato compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade;

7.14. Ao **Fiscal do Contrato**, designado oficialmente pela **CONTRATANTE** cabe, no mínimo:

- a) Acompanhar a execução, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93);
- b) Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da **CONTRATADA**, sempre que for preciso;
- c) Notificar a **CONTRATADA** sobre situações irregulares;
- d) Fiscalizar o fornecimento dos produtos, condizentes com a legislação pertinente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, conforme subcláusula 2.2, após o **atesto na Nota Fiscal pelo fiscal do contrato**, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue em consonância com o Edital e este contrato, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nas datas fixadas de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

8.1.1. Todas as Notas Fiscais e/ou Faturas referentes aos materiais de consumo, objeto do presente contrato, deverão conter o atesto do **fiscal do contrato**.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.2. Especificamente para o pagamento dos lotes 01 e 02 será efetuado, mensalmente, após o atesto na Nota Fiscal/Fatura, e acompanhado com os devidos recibos de entrega semanais, em conformidade com o item 17.1 “b”.

8.3. A fatura deverá constar o período das emissões quinzenais e as seguintes informações para melhor transparência:

a) na fatura, o número da ordem de fornecimento específico de acordo com cada entrega semanal

b) constar obrigatoriamente, em anexo à fatura, de forma legível, os recibos das entregas semanais.

8.4. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.5. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.5.1. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.6.1. As comprovações de regularidade exigidas no subitem acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso

8.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.9. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o **CNPJ nº. 03.507.415/0023-50** e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, **deverão ser entregues no Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental e serão atestadas neste setor pelo fiscal do contrato designado pela Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros;**

8.10. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia, nem implicará aceitação definitiva do objeto;

8.11. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a **CONTRATADA** pleitear acréscimos após a entrega do objeto;

8.12. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring”;

8.13. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade:
Natureza de Despesa:
Fonte:

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da publicação do respectivo extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital e contrato sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho;

12.2. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de fornecimento e nota de empenho, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os produtos adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

c) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

d) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.4. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as penalidades previstas no edital, bem como na lei 8.666/93;

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **COORDENADORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS** da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados ao objeto;

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

15.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

15.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, __ de _____ de 2014.

Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: